

## Queda e ascensão de líderes paquistaneses e a repetição do ciclo vicioso

### *Fall and rise of the Pakistani leaders and the repetition of the vicious circle*

DIOGO MAMORU IDE\*

Meridiano 47 n. 97, ago. 2008 [p. 48 a 52]

Em meados do mês de agosto de 2008, ocorreu a derrocada final do governo de um importante líder sul asiático. O prestígio e o poder autoritário que caracterizaram o governo de Musharraf em tempos passados foram aos poucos se esmaecendo, de forma que nos últimos seis meses o então presidente não dispunha mais da unidade interna e da estabilidade necessárias para governar. Após sete anos à frente da presidência do Paquistão, uma série de fatos e processos, como o fortalecimento do Partido Popular Paquistanês (PPP) após a morte de Benazir Bhutto, a vitória de grupos de oposição nas eleições parlamentares, a crise econômica e a ameaça de impeachment liderada pela oposição, culminaram com a renúncia de Pervez Musharraf.

O afastamento de Musharraf seguido pela eleição do viúvo de Benazir Bhutto, Asif Zardari ao cargo de Presidente gera no momento grandes expectativas quanto: (1) a governabilidade do novo governo; e (2) às mudanças/continuidades nos níveis interno e regional. Afinal, como deverão ser tratadas as relações com Índia acerca dos territórios da Caxemira e de Jammu? Como o novo governo lidará com a aliança com os EUA na Guerra contra o Terror e com a crescente atividade da Al Qaeda e do Talibã nas fronteiras com o Afeganistão? Cabe frisar que, em razão do enfraquecimento das instituições democráticas e das alterações na Constituição realizadas por Musharraf para expandir seu poder, Zardari herdará um amplo

poder sobre o arsenal nuclear paquistanês e sobre o alto comando do exército. Além disso, terá o poder de dissolver o parlamento eleito, algo pouco imaginável em democracias onde há a divisão dos três poderes.

A presente análise de conjuntura tem como objetivo lançar luz sobre três questões: os fatores que concorreram para a saída de Musharraf, a suposta fragilidade interna do novo governo e os principais processos em curso na política externa paquistanesa – com destaque à crescente instabilidade observada no Afeganistão.

Embora tenha sido em 1999 que Pervez Musharraf liderou o golpe contra o Primeiro-Ministro que, apenas um ano antes, havia-o nomeado Chefe-Maior do Exército, foi só em 2001 que Musharraf assumiu o cargo de Presidente do Paquistão. Seu governo, que coincidiu temporalmente com os ataques terroristas em Nova Iorque, Madri e Londres e com a reação norte-americana, tornou-se importante aliado dos Estados Unidos na Guerra contra o Terror realizada em território afegão. O Paquistão, desse modo, quebrou seu histórico de suporte às ações do Talibã no Afeganistão e deu uma guinada na direção dos países aliados com os EUA. Além da suspensão das sanções econômicas às quais estava submetido, o Paquistão recebeu a contrapartida de aproximadamente dez bilhões de dólares ao longo do governo Musharraf. Essa ajuda econômica contribuiu fortemente para o crescimento

\* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (diogo\_ide@hotmail.com).

econômico e, assim, deu maior longevidade a um governo que inicialmente seria provisório.

A despeito da ajuda, no entanto, a economia paquistanesa com o passar do tempo passou a enfrentar problemas, tais como falta de energia, altos níveis de inflação, crescimento da dívida externa e fuga de capitais. Uma vez que o crescimento econômico era um dos principais fatores que formavam a base do governo Musharraf, a piora na economia ajudou a minar a sua liderança. Na dimensão política, a primazia de Musharraf sobre a política paquistanesa enfraqueceu-se devido aos seus próprios abusos de poder: com vistas a ser reeleito, por exemplo, o ex-presidente declarou estado de emergência (o qual foi muito criticado pela classe média surgida em seu governo), suspendeu a Constituição e demitiu sessenta juízes.

Em nível internacional, Musharraf também perdeu a influência de outrora. A aliança com os EUA contra o Terror foi em parte debilitada com a descoberta de que o serviço secreto paquistanês (ISI) ofereceu suporte a grupos jihadistas nas fronteiras com o Afeganistão. Os EUA também se mostraram insatisfeitos com a falta de atuação do exército do Paquistão nas áreas fronteiriças em que grupos extremistas se fazem presentes.

Em face de todos esses fatores, o resultado das eleições parlamentares realizadas em fevereiro deste ano foi um reflexo da insatisfação popular com as arbitrariedades do presidente. A vencedora dessas eleições foi a coalizão formada por dois partidos de oposição a Musharraf: o PPP, fortalecido após a morte de Benazir Bhutto, e a Liga Muçulmana do Paquistão (PML), liderada pelo Primeiro-Ministro deposto pelo golpe de 1999, Nawaz Sharif. Com esse resultado foi segmentada a perda da unidade que havia em torno do governo de Musharraf.

Apesar de a coalizão PPP-PML ter-se mostrado frágil após as eleições, a ameaça de impeachment liderada por ela foi suficiente para que Musharraf anunciasse sua renúncia ao cargo de Presidente. Seu governo, que se apoiava no crescimento econômico, na valorização da igualdade de gênero (simbolizada especialmente pela proibição da prática de "honor killing") e na melhoria nas relações com Índia,

não resistiu às dificuldades políticas e econômicas iniciadas há alguns meses. Grande ironia. A atitude autoritária e abusiva que o caracterizou e tornou-o forte no passado foi o motor de sua própria destruição.

Conhecido por ser viúvo da ex-Primeira-Ministra Benazir Bhutto e por ter passado onze anos na prisão sob acusações de corrupção ainda não confirmadas, Asif Zardari ganhou popularidade após o assassinato de Bhutto, quando passou a liderar o PPP com pulso firme. Zardari, ao contrário de Musharraf, ascendeu ao poder pela via democrática: ganhou 481 dos 702 votos das duas câmaras do Parlamento e das quatro assembleias provinciais. Apesar de relativamente mais legítimo em comparação com o antigo governo, cabe questionar se a liderança de Zardari será capaz de trazer estabilidade política e crescimento econômico para o país.

Após a confirmação do resultado das eleições, Zardari asseverou que, sob seu governo, o parlamento será soberano. Tal declaração dá fortes indícios de que o novo presidente eliminará da Constituição o seu direito de suspender o congresso. Ainda há grandes dúvidas, contudo, se o novo presidente diminuirá de fato seu poder, o qual foi amplamente expandido pelo presidente antecessor por meio de alterações constitucionais. Parte da mídia internacional vê o novo governo como excessivamente frágil e incapaz de liderar o país por muito tempo. Isso porque Zardari assume a Presidência num momento de crise econômica, não possui forte influência no exército (um ator de extrema relevância na política paquistanesa) e é visto como excessivamente pró-EUA. Cabe ressaltar que a coalizão PPP-PML foi desfeita por divergências de opinião entre os líderes Sharif e Zardari; aquele, por exemplo, era a favor do retorno de todos os juízes depostos aos seus antigos cargos, postura não compartilhada pelo último. Ademais Sharif e Zardari tampouco chegaram a um acordo acerca da ocupação norte-americana e da política de Washington para o sul asiático. Ainda que Zardari conte com o apoio do PPP no Parlamento, é provável o grande desafio do governo atual no plano interno continue sendo justamente a rivalidade com o PML. Com a saída do PML da coalizão, Zardari perdeu o

controle sobre a província de Punjab, a mais rica e mais poderosa do país, que tem condições de gerar fortes atritos com Islamabad.

Poucos dias após tomar posse, a popularidade de Zardari frente à população não é das mais positivas. Há críticas de que seu governo esteja se esforçando mais para os interesses norte-americanos do que para os do povo paquistanês. A título de exemplo, os ataques às áreas tribais com vistas a impedir que grupos dissidentes permaneçam em território paquistanês têm ganhado mais notoriedade pelas mortes de civis do que pelo combate ao terrorismo. Com a intensificação de ataques realizados pelos próprios Estados Unidos, é notável o aumento do repúdio ao novo governo paquistanês. Esse cenário, desnecessário dizer, certamente será utilizado pelo PML com meio de enfraquecer ainda mais o governo.

A reação à renúncia de Musharraf na Índia não se deu em tom de comemoração popular: foi tímida e silenciosa. A percepção de alguns analistas é de que talvez fosse mais vantajoso para a Índia lidar com um governante paquistanês forte do que com uma democracia fraca, sem uma liderança assertiva e com pouco controle sobre o exército e sobre o serviço secreto. De fato, ao governo indiano interessa um vizinho com um governo estável e com maior controle sobre grupos extremistas que atuam na questão da Caxemira, território disputado por Paquistão e Índia desde que ambos declararam suas independências no final da década de 1940. Um governo fraco no Paquistão pode levar ao apoio popular a atividades de grupos extremistas atuantes nas fronteiras com a Índia e, dessa forma, tem a capacidade de desestabilizar as fronteiras entre os dois países e transbordar negativamente para o cenário político indiano.

Com um histórico de tensões e de corrida armamentista entre ambos os países, as relações com a Índia continuam a ser o principal foco da agenda paquistanesa, muito embora seja crescente a preocupação com os grupos extremistas baseados nas fronteiras com o Afeganistão. O processo de paz entre os dois países, o qual foi debilitado em decorrência do enfraquecimento do governo de

Musharraf, deverá ser um dos melhores espaços para se avaliar a liderança do novo governo. No entanto, com a proximidade das eleições na Índia, previstas para ocorrerem em 2009, e com a conseqüente retórica de cunho nacionalista visando obter mais votos, é baixa a possibilidade de que haja grandes avanços nas relações indo-paquistanesas no curto prazo.

Com a renúncia de Musharraf, cumpre também questionar se o governo de Zardari dará continuidade à aliança firmada com os aliados na Guerra contra o Terror. Embora os EUA, assim como a União Européia, tenham preferido não comentar a saída de Musharraf, alegando ser essa uma questão interna que, como tal, deveria ser enfrentada pelos próprios paquistaneses, é nítido o interesse de Washington por um novo aliado em Islamabad. Isso porque a estabilização do Afeganistão passa necessariamente pela estabilização das áreas tribais do Paquistão.

O momento nessas áreas é crítico à medida que as áreas tribais nas fronteiras entre Paquistão e Afeganistão assistem ao fortalecimento de grupos como a Al Qaeda e o Talibã e à crescente instabilidade nas relações entre ambos os países: o Afeganistão acusa o país vizinho de dar cobertura a grupos extremistas, ao passo que o Paquistão argumenta que o aumento da presença desses grupos em seu território é resultado do fracasso do Estado afegão em enfrentá-los. A situação na região atinge contornos cada vez mais alarmantes para a diplomacia norte-americana. Nos últimos meses, houve mais mortes de soldados no Afeganistão do que no Iraque. Ademais, grupos extremistas têm realizado ataques a países da coalizão que ocupam o Afeganistão cujos governos sofrem pressão interna para retirar seus soldados, como Canadá e Holanda. A intenção é enfraquecer a OTAN em território afegão e isolar os Estados Unidos.

O Talibã, poucos dias após a renúncia de Musharraf, realizou ataque terrorista que levou à morte de sessenta e quatro paquistaneses. Outros atentados continuam a ocorrer com vistas a minar o apoio da população paquistanesa à guerra travada no Afeganistão pela OTAN contra os grupos radicais. Os atentados também são formas de intimidar o novo

governo à medida que deixam uma mensagem clara ao novo presidente: qualquer tentativa de diminuir a influência dos grupos radicais nas áreas tribais será retaliada contra a população civil. Logo, a estratégia desses grupos visa criar um ciclo de leniência e não envolvimento por parte de Islamabad. A retaliação a alvos civis paquistaneses torna ainda mais impopular a participação do Paquistão na Guerra Contra o Terror e debilita o governo, que, apesar de democrático, não possui a força que Musharraf teve em seus primeiros anos como presidente.

A eleição de Zardari, no que concerne à Guerra contra o Terror, agrada aos Estados Unidos. O presidente mostra-se disposto a manter laços estreitos com Washington e deve endurecer as ações do exército paquistanês nas áreas tribais. Entretanto, Zardari deverá enfrentar a conseqüente impopularidade que engajamento no conflito com os grupos radicais ensejará. A população paquistanesa é contrária à participação na Guerra contra o Terror, pois entende que esse conflito é essencialmente norte-americano e, portanto, não envolve diretamente os interesses paquistaneses. Em outras palavras, a população desaprova o engajamento militar, pois não se identifica com uma guerra que, aos seus olhos, seria exógena ao Paquistão. Contudo, em que pese a impopularidade do engajamento militar e as críticas por parte dos Estados Unidos de que tal engajamento não seja satisfatório, o exército paquistanês tem realizado ataques aéreos contra insurgentes baseados nas fronteiras com o Afeganistão.

Os Estados Unidos, em face do aumento das atividades dos grupos radicais e da instabilidade política no Paquistão, realizaram poucos dias antes da eleição de Zardari o primeiro ataque terrestre em solo paquistanês contra militantes da Al Qaeda sob a justificativa de aumentar a segurança das tropas norte-americanas que atuam no Afeganistão. A empreitada, ao desprezar a soberania paquistanesa e causar a morte de aproximadamente vinte civis, foi condenada por autoridades paquistanesas e desagradou fortemente líderes tribais também contrários à Al Qaeda e ao Talibã.

O apoio da população a esses líderes é de fundamental importância para que o Paquistão e os

Estados Unidos possam combater grupos extremistas efetivamente. Ações desastrosas como essa realizada pelo exército norte-americano representam um desserviço à estabilização regional na exata medida em que estreitam os laços da população com os grupos dissidentes que visam combater. O efeito, portanto, é o oposto ao desejado.

O Afeganistão e, por conseqüência, o Paquistão estarão certamente envolvidos nos esforços norte-americanos na Guerra contra o Terror no médio prazo. Prova disso é que ambos aparecem nas agendas de política externa tanto do candidato democrata à presidência, Barack Obama, quanto do republicano, John McCain. O candidato a vice-presidente de Obama, Joe Biden, possui um plano de ajuda econômica ao Paquistão para fortalecê-lo contra os insurgentes. McCain, como era de se esperar, segue a linha do governo Bush ao defender que, frente às ameaças à segurança nacional, deve-se investir pesado nas Forças Armadas para lutar a Guerra contra o Terror no Iraque e no Afeganistão. Definitivamente, o Paquistão ganhará maior destaque na agenda de segurança internacional.

O enfraquecimento da liderança de Musharraf, em grande parte, resultado de sua própria arbitrariedade, culminou com seu pedido de renúncia. Seus sete anos de rígido controle deixam um legado de grandes dificuldades econômicas, de poderes excessivos ao presidente e de fragilidade das instituições democráticas. O novo governo, sob a liderança do viúvo de Benazir Bhutto, assume o poder com maioria no Parlamento, mas fragilizado com o fim da coalizão que o unia ao PML de Nawaz Sharif.

O prognóstico para a política externa paquistanesa é de relativa continuidade. Há dúvidas, entretanto, quanto ao rumo que seguirá o processo de paz com a Índia à luz de um governo que não dispõe da unidade e da liderança dos tempos em que a figura política de Musharraf era forte. Por outro, os laços com os Estados Unidos e com a Guerra contra o Terror certamente serão mantidos por Zardari. Com o retorno cada vez maior das atenções da política externa norte-americana para o Afeganistão, é esperada uma postura mais firme do novo presidente contra os

dissidentes das áreas tribais, mesmo que essa seja uma postura impopular.

O Paquistão tem necessidade de uma nova figura política forte para combater os grupos radicais nas fronteiras com o Afeganistão e para recuperar a unidade e a governabilidade política. Peter Preston, colunista do *The Guardian*, interpretou bem o ciclo vicioso que caracteriza regime político do Paquistão: políticos são eleitos, governam por certo tempo e, quando enfraquecem, são depostos por militares, como Ayub Khan, Yahya Khan, Zia ul-Haq e Pervez Musharraf. Quanto tempo sobreviverá o novo governo?

Recebido em 26/08/2008  
Aprovado em 31/08/2008

**Palavras-chaves:** Paquistão, terrorismo, Estados Unidos  
**Key words:** Pakistan, terrorism, United States

**Resumo:** o artigo trata a transição política no Paquistão: de um militar golpista para um civil eleito. Aborda as conseqüências da guerra contra o terror e do relacionamento com os Estados Unidos.

**Abstract:** The article deals with the political transition in Pakistan: from a military coup d'état leader to a civil elect. It talks about the consequences of the war on terror and about the relationship with the United States.

